



Anais da Assembléia

N.º 121

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 23 DE OUTUBRO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 28.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1.987
SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Nilton Barbosa e José Rogério Carvalho.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (52). Achando-se ausentes os Srs. Deputados José Alves e Alexandre Ceranto (02). Achando-se em licença a Sra. Deputada Ironi Pugliesi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia desta Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 23.10.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não havendo expediente a ser lido,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia desta Sessão Extraordinária.

De conformidade com o requerimento de inversão acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 55/87 (Mensagem n. 61/87, ex-Proposição n. 61/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio n. 262/86, celebrado em 23/07/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e o Município de CASCAVEL, objetivando aplicação de recursos financeiros na implantação do Projeto "PRÓ-CRIANÇA". EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 268/87, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 96/87), que dispõe que os funcionários públicos de todas as categorias funcionais, inclusive do Tribunal de Contas do Estado e dos Poderes Legislativo e Judiciário, aplicam-se as disposições dos artigos 3.^o e 8.^o do Decreto-Lei n. 2335, de 12.06.87, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. 2336, de 15.06.87, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F e C.R.H., por unanimidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 268/87

P A R E C E R:

Originário da Mensagem Governamental n. 96/87, o presente plano de lei tem, por escopo, conceder majoração de vencimentos ao funcionalismo estadual, com a aplicação das recomendações contidas no Decreto-Lei n. 2335, de 12 de junho de 1987, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. 2336, de 15 de junho de 1987.

Sob análise, vislumbra-se que o anteprojeto de lei em referência, procura adaptar-se ao modelo de política salarial

imprimida pelo governo federal, buscando conter a espiral inflacionária e corrigir as distorções salariais, tendo, como base, a Unidade de Referência de Preços (URP). Observa-se ainda, que os aumentos acontecerão mensalmente.

Visto sob o aspecto legal e constitucional, nota-se que a matéria é subordinada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo, consubstanciada em nossa Magna Carta Estadual (arts. 47, inciso I e 25, § 1.º, letras A e B).

Por essa razão, o Anteprojeto de Lei n. 268/87, encontra-se devidamente estribado na lei maior estadual, inexistindo, conseqüentemente, impedimento de natureza jurídico-constitucional ou regimental para sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é favorável à sua aprovação.

É o parecer, subcensura.

Sala das Comissões, em 22.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N. 268/87

P A R E C E R:

O presente Anteprojeto de Lei n. 268/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 96/87, objetiva o aumento do funcionalismo estadual, adequando às recomendações inseridas no Decreto-Lei n. 2335, de 12 de junho de 1987, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. 2336, de 15 de junho de 1987.

Analisado sob sua legitimidade legal, a douta Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável à sua aprovação, enfatizando que o Anteprojeto de Lei n. 268/87, em epígrafe, se reveste das formalidades jurídico-constitucionais previstas na Constituição Estadual, nos seus artigos 47, inciso I e 25, § 1.º, letras A e B).

Esta Comissão de Finanças, instada a se manifestar a respeito, não vê óbices para sua normal tramitação por esta Casa de Leis, em decorrência de tratar-se de matéria da competência privativa do Chefe do Poder Executivo, que tem, entre outras atribuições, a de iniciar processos legislativos sobre matéria financeira e aumento de vencimentos dos servidores públicos.

Nestas condições, nosso parecer é favorável à sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N. 268/87

P A R E C E R:

O presente plano de lei oriundo da Mensagem Governamental n. 96/87, tem por

finalidade conceder majoração de vencimentos ao funcionalismo estadual, com a aplicação das recomendações contidas no Decreto-Lei n. 2335, de 12 de junho de 1987, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. 2336, de 15 de junho de 1987.

Sobre a matéria houve os pronunciamentos favoráveis das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar, concluímos estar o projeto devidamente justificado e em condições de ser apreciado por esta Casa.

Sendo assim, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS - Presidente
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Relator

Sob o referido projeto, emendas de plenário, em número de cinco, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO N. 1 AO PROJETO DE LEI N.º 268/87

Dá a seguinte redação ao § 3.º, do Art. 2.º, do Anteprojeto de Lei enviado através da Mensagem n. 96/87, do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado:

"Art. 2.º - ...

§ 1.º -

§ 2.º -

§ 3.º - Não serão levados em conta, para os efeitos deste artigo, a Gratificação Especial instituída pela Lei n. 7770, de 13 de dezembro de 1983, os valores originados do adicional por tempo de serviço, observado, quanto aos militares, o que determina a Lei n. 8434, de 24 de dezembro de 1985.

Sala das Sessões, em 23.10.87.

(aa) CAÍTO QUINTANA, JOSÉ AFONSO JÚNIOR,
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, PIRAJÁ FERREIRA,
TADEU LÚCIO MACHADO, ANIBAL KHURY e
ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A Mensagem Governamental tem por escopo aplicar aos funcionários públicos estaduais de todas as categorias funcionais, inclusive do Tribunal de Contas do Estado e dos Poderes Legislativo e Judiciário, as disposições do Decreto-Lei n. 2335, de 12 de junho de 1987, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. 2336, de 15 de junho de 1987.

Ocorre que o Decreto-Lei n. 2355, de 27 de agosto de 1987, que estabelece o limite de retribuição na Administração Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, além de tê-lo fixado no máximo em 80 salários-mínimos de referência, em seu art. 1.º, § 2.º, exclui do limite não só o salário-família, como o faz

a proposição, mas também o adicional por tempo de serviço, além de diárias e ajuda de custo e de outros benefícios não contemplados pelo funcionalismo estadual.

Impõe-se, portanto, a emenda ao anteprojeto, não só para que os parâmetros adotados pelo Estado permaneçam dentro dos limites do comando estabelecido pela legislação federal pertinente à política salarial do funcionalismo público, bem como para evitar distorções extremamente injustas, em afronta ao princípio constitucional da isonomia, pois o funcionário que em decorrência de circunstâncias excepcionais ou pessoais haja percebido, no mês de agosto, adicionais por tempo de serviço, poderá ser excluído dos acréscimos remuneratórios propostos, mas não o seu colega de trabalho que ocupa cargo idêntico.

Mantém-se, todavia, com a Emenda, o salutar espírito do anteprojeto governamental, que é o de excluir os acréscimos estipendiais de toda remuneração, a qualquer título, acima de Cz\$ 100 mil, no mês de agosto último.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 02
AO PROJETO DE LEI N. 268/87

Inclua-se, onde couber:

"Art. - Os órgãos do Poder Executivo, tanto da administração direta como da indireta, o Tribunal de Contas do Estado e os Poderes Legislativo e Judiciário, terão um Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos para os servidores e empregados técnicos e administrativos, aprovado pela Assembléia Legislativa, assegurada a observância do princípio da isonomia salarial e a uniformidade de critérios, tanto para ingresso mediante concurso público de prova, ou de provas e títulos, quanto para a promoção e ascensão funcional, com valorização do desempenho e da titulação do servidor e do empregado.

Sala das Sessões, em 23.10.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSI
Líder do PFL.

Apoiamto: Pedro Tonelli, Erondy Silvério, Gernote Kirinus e Djalma de Almeida César.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 03
AO PROJETO DE LEI N. 268/87

Inclua-se, onde couber.

"Art. - O Anexo I, de que trata o artigo 16, da Lei n. 7784, de 14 de dezembro de 1983, passa a ter a seguinte redação:

ANEXO I (Art. 16)

Série de Classe	Classe	Referência	Percentual
CL-1	A	I	100,00
CL-1	B	I	94,00
CL-1	C	I	88,00
CL-1	D	I	82,00
R-2	A	I	100,00
J-2	A	I	94,00
DENTISTA/ MÉDICO-I	A	I	100,00
DENTISTA/ MÉDICO-I	B	I	94,00
DENTISTA/ MÉDICO-I	C	I	88,00
TA-3	A	I	88,00
TA-3	B	I	82,00
TL-3	A	I	70,00
AC-3	B	I	64,00
OL-4	A	I	58,00
OL-4	B	I	52,00
OL-4	C	I	46,00
OL-4	D	I	40,00

Sala das Sessões, em 23.10.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSI
Líder do PFL.

Apoiamto: Pedro Tonelli, Gernote Kirinus, Erondy Silvério e Djalma de Almeida César.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
DE PLENÁRIO DE N. 04
AO PROJETO DE LEI 268/87

"Dispõe sobre reajuste salarial aos funcionários públicos do Estado e dá outras providências.

Art. 1.º - Aplicam-se as disposições dos artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n. 2335, de 12 de junho de 1987, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. 2336, de 15 de junho de 1987, aos funcionários públicos do Estado, estatutários e celetistas.

Parágrafo único - O Poder Executivo fará publicar, periodicamente, as tabelas de vencimentos do pessoal civil e militar, com os acréscimos determinados na forma dos decretos-leis referidos no "caput" deste artigo.

Art. 2.º - O disposto no artigo anterior não se aplica no corrente exercício financeiro, aos servidores, ativos, inativos ou pensionistas, que no mês de agosto tenham percebido, a qualquer título, remuneração, vencimentos, proventos ou benefícios superior a Cz\$ 100 mil.

Parágrafo único. As cotas de salário-família e diferença de remuneração decorrente do Decreto n. 774, de 30 de maio de 1987, relativas a meses anteriores, serão excluídas das disposições deste artigo.

Art. 3.º - Para o servidor alcançado pelo disposto no artigo 2.º, "caput", se-

rão aplicadas as tabelas de vencimentos vigentes no mês de agosto, até o final do presente exercício.

§ 1.º - Quando o limite for alcançado em razão de novas alterações na tabela de vencimentos, ainda no presente ano, serão aplicadas as tabelas usadas o mês anterior àquele em que este for alcançado, até o final do exercício.

§ 2.º - O disposto no artigo 2.º não valerá para concessão da gratificação especial instituída pela Lei n. 7.770, de 13 de dezembro de 1983, observando-se quanto ao pessoal militar, o determinado na Lei n. 8434, de 24 de dezembro de 1986.

Art. 4.º - O disposto na presente lei não se aplica aos servidores integrantes do Quadro do Magistério Público do Estado, salvo quanto ao limite de remuneração estabelecido no artigo 2.º, devendo os reajustes de seus vencimentos serem feitos dentro dos critérios previstos na Lei n. 8427, de 11 de dezembro de 1986.

Art. 5.º - Os efeitos financeiros desta lei serão devidos a partir de 1.º de setembro do presente exercício.

Art. 6.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 23.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

Apoio: Basílio Zanusso e Antônio Costenaro Neto.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N. 05

Acrescenta parágrafos ao Artigo 1º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º -

Parágrafo 1º - O crédito residual apurado com base no IPC até o mês de maio de 1987, seja incorporado aos salários, vencimentos, soldos, proventos e pensões em Única Parcela e em Folha Complementar logo após a aprovação deste Projeto de Lei.

Parágrafo 2º - Aos servidores públicos de todas as categorias funcionais, inclusive do Tribunal de Contas do Estado e dos Poderes Legislativo e Judiciário, se dará a partir de 1º de outubro de 1987 um aumento de 93,09% (média ponderada), sobre os salários, vencimentos, soldos, proventos e pensões, resultante do Crédito Residual, a variação da URP e a Perda Salarial causada pela inflação real, desde que não exceda a Cz\$ 100 mil cruzados mensais.

Parágrafo 3º - Para cumprimento do disposto neste artigo, o Poder Executivo, por decreto, fará publicar, sempre que for necessário, as tabelas de vencimentos do pessoal civil e militar, inclusive as dos servidores do Tribunal de Contas do Estado e de outros Poderes, com os acréscimos determinados na forma dos decretos-leis no CAPUT deste artigo.

Sala das Sessões, em 23.10.87.

(a) PEDRO TONELLI

Apoio: Algaci Túlio, Basílio Zanusso, Werner Wanderer e Antônio Costenaro Neto.
JUSTIFICATIVA:

Até 1º de setembro de 1987, a perda salarial dos trabalhadores brasileiros foi de 48,21% (média ponderada), havendo categorias com perda superior a esta média. Diante disso, o reajuste salarial para repor os créditos residuais apurados com base no IPC até maio de 1987, os reajustes mensais em proporção idêntica à variação da Unidade de Referência de Preços - URP, mais a perda causada pela inflação real deverá ser de 93,09%. (Vide Anexo III).

Este montante se justifica, pois está baseado nos cálculos do DIEESE, que comprovam que o reajuste necessário para repor as perdas salariais até 1º de setembro e 1987 deveria ser, conforme as datas bases, de:

JANEIRO	90,37%
FEVEREIRO	95,54%
MARÇO	105,57%
ABRIL	80,05%
MAIO	78,60%
JUNHO	73,94%
JULHO	83,48%
AGOSTO	85,25%
SETEMBRO	82,22%
OUTUBRO	114,99%
NOVEMBRO	110,93%
DEZEMBRO	104,21%

(Vide anexo II)

O Ministério do Trabalho, em recentes julgamentos, ao julgar os Dissídios Coletivos dos Bancários, deu os seguintes reajustes:

BANCO DO BRASIL	44,56%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	45,00%
BANCÁRIOS (BANCO PARTIC)	57,02%

Isto vem confirmar que a inflação está sendo maior do que a anunciada e, por isto, se justifica que os funcionários reivindiquem reajustes conforme a realidade.

O Governo Federal está propondo os seguintes índices para os Militares:

RESÍDUO	6,27%
AUMENTO SALARIAL ...	47,77%

(vide anexo III).

Não é possível também pagar os reajustes em 6 parcelas, pois os funcionários públicos não têm como fazer frente à inflação e a defasagem de seus salários.

ANEXO I

SALÁRIOS DEVERIAM TER

AUMENTO DE 93% SEGUNDO O DIEESE

O Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos)

divulgou ontem a variação da ração essencial mínima do mês de setembro em Curitiba: 2,46% (o acumulado no ano é de 243,58%). Mas esse baixo índice de variação da cesta básica, segundo os técnicos do DIEESE, não é motivo para otimismo entre os trabalhadores, pois demonstra o elevado grau de empobrecimento dos assalariados no País. "Os preços dos produtos ficaram estáveis não por vontade dos empresários, mas devido ao arrocho salarial que diminuiu ainda mais o poder de compra dos trabalhadores".

De acordo com a pesquisa do DIEESE, alguns produtos como a batata e o tomate - que possuem pesos importantes no índice da cesta básica - sofreram uma queda nos preços, explicada pela sazonalidade. Dessa forma, o custo da ração essencial mínima para uma família curitibana foi de C\$z 6.568,53, sendo necessários 2,69 salários somente para satisfazer as necessidades do trabalhador e sua família com alimentação. Para comprar essa ração, o trabalhador que reside em Curitiba, e que ganhe o

salário mínimo, precisou trabalhar 215 horas e 17 minutos, representando 26 dias de trabalho. Com o salário mínimo de setembro (Cz\$ 2.440,00), o trabalhador assegurou apenas o gasto com alimentação, sobrando apenas Cz\$ 250,49 para adquirir outras necessidades básicas, inclusive o transporte.

O salário-mínimo necessário para setembro deveria ser, segundo o DIEESE, Cz\$ 19.220,76 sendo que a diferença entre o salário-mínimo oficial e o necessário é de 7,88 vezes. Todos esses dados reforçam a tese do DIEESE de que os trabalhadores tiveram, desde a decretação do Plano Cruzado, a maior perda salarial já registrada na história. De março deste ano até o final de julho, essas perdas estavam em 44,64%. Desde o Cruzado I até setembro deste ano, os trabalhadores perderam, em média 48,21% dos seus salários. Segundo o DIEESE, os assalariados, teriam que ter um reajuste, em média de 93,09% em setembro para repor as perdas que tiveram nesse período.

ANEXO II

PERDAS SALARIAIS EM 1º DE SETEMBRO DE 1987,
DESDE O PLANO CRUZADO I, POR DATA-BASE

DATA -BASE	NÚMERO DE TRA- BALHADORES POR DATA-BASE (EM MIL) (1)	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR DATA-BASE (EM %)	EVOLUÇÃO DO SALÁRIO NOMINAL DE MARÇO/86 A AGOSTO/87 (EM %) (2)	SALÁRIO REAL EM 01/09/87 (EM %) (3)-	PERDA SALA- SARIAL ATÉ 01/09/87 (EM %)	REAJUSTE NECESSÁRIO PARA REPO- R AS PERDAS ATÉ 01/09/87 (EM
JAN.	2.366	11,4	153,30	52,53	47,57	90,37
FEV.	802	3,9	146,59	51,14	48,86	95,54
MARÇO	1.899	9,1	134,13	48,55	51,45	105,97
ABRIL	977	4,7	167,84	55,54	44,46	80,05
MAIO	3.277	15,8	169,98	55,99	44,01	78,60
JUNHO	1.137	5,5	177,21	57,49	42,51	73,94
JULHO	1.204	5,8	157,20	53,34	46,66	87,48
AGOSTO	910	4,4	160,29	53,98	46,02	85,25
SETEMBRO	1.939	9,3	164,67	54,88	45,12	82,22
OUTUBRO	2.701	13,0	124,34	46,52	53,48	114,96
NOVEMBRO	2.930	14,1	128,61	47,41	52,59	110,93
DEZEMBRO	615	3,0	136,13	48,97	51,03	104,21
TOTAL GERAL	20.757	100,0	-	-	-	-
MÉDIA PONDE- RADA	-	-	-	51,79	48,21	93,09

(01) FONTE: Ministério do Trabalho, lei n. 4.923/65

(02) Esses salários incorporam o IPC integral do período, descontados os resíduos dos gatilhos. Não estão considerados eventuais aumentos reais negociados por cada categoria individualmente.

(03) Deflator utilizado . ECV/DIEESE março/86 a agosto/87 - 382,23%.

Pela tabela acima, fica evidente porque a alimentação do trabalhador brasileiro é tão deficiente. As perdas salariais, de março de 1986 até o mês anterior, em alguns casos, ultrapassam 100%, o que força ao máximo a redução de gastos. Para a maior parte da população, o estômago é o primeiro sacrificado.

divulgou ontem a variação da ração essencial mínima do mês de setembro em Curitiba: 2,46% (o acumulado no ano é de 243,58%). Mas esse baixo índice de variação da cesta básica, segundo os técnicos do DIEESE, não é motivo para otimismo entre os trabalhadores, pois demonstra o elevado grau de empobrecimento dos assalariados no País. "Os preços dos produtos ficaram estáveis não por vontade dos empresários, mas devido ao arrocho salarial que diminuiu ainda mais o poder de compra dos trabalhadores".

De acordo com a pesquisa do DIEESE, alguns produtos como a batata e o tomate - que possuem pesos importantes no índice da cesta básica - sofreram uma queda nos preços, explicada pela sazonalidade. Dessa forma, o custo da ração essencial mínima para uma família curitibana foi de C\$z 6.568,53, sendo necessários 2,69 salários somente para satisfazer as necessidades do trabalhador e sua família com alimentação. Para comprar essa ração, o trabalhador que reside em Curitiba, e que ganhe o

salário mínimo, precisou trabalhar 215 horas e 17 minutos, representando 26 dias de trabalho. Com o salário mínimo de setembro (Cz\$ 2.440,00), o trabalhador assegurou apenas o gasto com alimentação, sobrando apenas Cz\$ 250,49 para adquirir outras necessidades básicas, inclusive o transporte.

O salário-mínimo necessário para setembro deveria ser, segundo o DIEESE, Cz\$ 19.220,76 sendo que a diferença entre o salário-mínimo oficial e o necessário é de 7,88 vezes. Todos esses dados reforçam a tese do DIEESE de que os trabalhadores tiveram, desde a decretação do Plano Cruzado, a maior perda salarial já registrada na história. De março deste ano até o final de julho, essas perdas estavam em 44,64%. Desde o Cruzado I até setembro deste ano, os trabalhadores perderam, em média 48,21% dos seus salários. Segundo o DIEESE, os assalariados, teriam que ter um reajuste, em média de 93,09% em setembro para repor as perdas que tiveram nesse período.

ANEXO II

PERDAS SALARIAIS EM 1º DE SETEMBRO DE 1987,
DESDE O PLANO CRUZADO I, POR DATA-BASE

DATA -BASE	NÚMERO DE TRA- BALHADORES POR DATA-BASE (EM MIL)(1)	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR DATA-BASE (EM %)	EVOLUÇÃO DO SALÁRIO NOMINAL DE MARÇO/86 A AGOSTO/87 (EM %) (2)	SALÁRIO REAL EM 01/09/87 (EM %) (3)-	PERDA SALA- SARIAL ATÉ 01/09/87 (EM %)	REAJUSTE NECESSÁRIO PARA REPOR AS PERDAS ATÉ 01/09/87 (EM
JAN.	2.366	11,4	153,30	52,53	47,57	90,37
FEV.	802	3,9	146,59	51,14	48,86	95,54
MARÇO	1.899	9,1	134,13	48,55	51,45	105,97
ABRIL	977	4,7	167,84	55,54	44,46	80,05
MAIO	3.277	15,8	169,98	55,99	44,01	78,60
JUNHO	1.137	5,5	177,21	57,49	42,51	73,94
JULHO	1.204	5,8	157,20	53,34	46,66	87,48
AGOSTO	910	4,4	160,29	53,98	46,02	85,25
SETEMBRO	1.939	9,3	164,67	54,88	45,12	82,22
OUTUBRO	2.701	13,0	124,34	46,52	53,48	114,96
NOVEMBRO	2.930	14,1	128,61	47,41	52,59	110,93
DEZEMBRO	615	3,0	136,13	48,97	51,03	104,21
TOTAL GERAL	20.757	100,0	-	-	-	-
MÉDIA PONDE- RADA	-	-	-	51,79	48,21	93,09

(01) FONTE: Ministério do Trabalho, lei n. 4.923/65

(02) Esses salários incorporam o IPC integral do período, descontados os resíduos dos gatilhos. Não estão considerados eventuais aumentos reais negociados por cada categoria individualmente.

(03) Deflator utilizado . ECV/DIEESE março/86 a agosto/87 - 382,23%.

Pela tabela acima, fica evidente porque a alimentação do trabalhador brasileiro é tão deficiente. As perdas salariais, de março de 1986 até o mês anterior, em alguns casos, ultrapassam 100%, o que força ao máximo a redução de gastos. Para a maior parte da população, o estômago é o primeiro sacrificado.

sentido, a transferência de Distritos Judiciários de umas para outras Comarcas.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se pronunciar sobre a legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei n. 267/87, nada encontra que possa obstar a sua normal tramitação sob esses aspectos, pois, quanto à iniciativa, insere-se no preceituado pelo artigo 91 da Constituição Estadual, no que tange à pertinência do Judiciário como Poder competente pela aplicação e distribuição da justiça no Estado, a propositura de matérias desta natureza.

Somos, portanto, de parecer favorável, opinando pela aprovação do Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 267/87

PARECER:

De iniciativa do Poder Executivo, Mensagem Governamental n. 86/87, o presente Plano de Lei objetiva alterar dispositivos da Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

O Plano de Lei em estudo em sua parte legal e constitucional, foi devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, tendo merecido parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças, restrita à análise da parte financeira da matéria, concluímos estar o Projeto devidamente justificado e em condições de ser apreciado por esta Casa.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de 5, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 01

AO PROJETO DE LEI N° 267/87

Acrescente-se onde couber:

Art. - Fica criada em Curitiba mais uma seção judiciária composta pela 12.ª e 13.ª Varas Criminais.

Parágrafo Único - Em cada uma das novas varas criminais cria-se 01 (um) cargo de Juiz, 01 (um) Auxiliar de Cartório e 02 (dois) Oficiais de Justiça.

Sala das Sessões, em 23.10.87.

(a) PEDRO TONELLI.

Apoiamento: Algaci Túlio, Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Antônio Costenaro Neto.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa desafogar as atuais Varas Criminais com excesso de feitos a serem julgados.

O Brasil é um dos únicos países em que o índice de prescrição das ações penais, dos crimes, é elevadíssimo, alcançando a cifra de 42% nos crimes de lesões corporais, e a principal causa é a falta de estrutura e de juizes.

Além disso, uma rápida análise do aumento substancial de Ações Penais em algumas Varas Criminais da Capital, por si só demonstram a necessidade de se aumentar o número de varas:

		1985	1986	1987/Outubro	
1.ª	Vara	362	320	440	Ações Penais
4.ª	Vara	259	283	332	Ações Penais
8.ª	Vara	439	463	501	Ações Penais
10.ª	Vara	286	439	542	Ações Penais
11.ª	Vara	264	535	557	Ações Penais

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 02

Acrescente-se onde couber:

Art. - Os Cartórios de Registros Públicos criados pela presente Lei, os atualmente vagos e os que vierem a vagar no decurso do tempo no Estado do Paraná, são oficiais.

Parágrafo Único - O Poder Executivo, em 45 (quarenta e cinco) dias, enviará à Assembléia Legislativa, Projeto de Lei regulamentando o presente dispositivo.

Sala das Sessões, em 23.10.87.

(a) PEDRO TONELLI.

Apoiamento: Algaci Túlio, Basílio Zanusso, Antônio Costenaro Neto, Werner Wanderer.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 03

I- Ficam suprimidos do inciso III, do art. 2º, do Projeto de Lei n° 267/87, as expressões: " e Três Barras do Paraná (Município do mesmo nome).

II- Os números 24 e 140, do art. 211, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 211.....

24. CASCAVEL- Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Tereza (Município de Cascavel), e Três Barras do Paraná (Município do mesmo nome).

140 - CATANDUVAS - Compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Ibema (Município

pio de Catanduvas).

III - O item II, do art. 4º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - Ibema (Município de Catanduvas) da Comarca de Cascavel, para a Comarca de Catanduvas".

Sala das Sessões, em 23.10.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

Apoio: Raul Lopes, Djalma de Almeida César, Pedro Tonelli, Nilton Barbosa, Basílio Zanusso, Antônio Costenaro Neto.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 04

Ficam suprimidas, no anexo referido pelo art. 12, do Projeto de Lei n° 86/87, na parte que se refere à delimitação territorial das circunscrições imobiliárias da Comarca de Guarapuava, as expressões: "O Município de Inácio Martins".

Sala das Sessões, em 23.10.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Apoio: José Rogério Carvalho, Nilton Barbosa, Gernote Kirinus, Caio Quintana.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 05

O Artigo 4º, do Projeto de Lei n° 267/87, fica acrescido de inciso "X", com a seguinte redação:

"X - Nova Santa Rosa (Município de Toledo) da Comarca de Toledo para a Comarca de Marechal Cândido Rondon".

Sala das Sessões, em 23.10.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

Apoio: Paulino José Delazeri, Raul Lopes, Djalma de Almeida César, Pedro Tonelli, Basílio Zanusso.

- Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 229/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MENINOS DE CURITIBA- ASSO-MA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 223/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BELINATI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a FLAVIO DE CASTRO MARTINEZ. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 222/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE DA RAÇA NEGRA - APRONEGRO, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.

214/87, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública, o LAR EVANGELICO ESTRELA DE BELÉM, com sede e foro no Município de Mandaguari. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 210/87, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor OSCAR MARTINEZ. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 205/87, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE DOENTES E DEFICIENTES FÍSICOS- ACDD, com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 201/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE INÁCIO MARTINS, com sede e foro no Município de Inácio Martins. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 196/87, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública, o GRUPO DE ESTUDOS ESPÍRITAS DR. BEZERRA DE MENEZES, com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 172/87, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor TEOBALDO VITÓRIO MACHADO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 171/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO NÚCLEO HABITACIONAL DR. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, com sede e foro em Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 129/87, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que denomina ESCOLA ESTADUAL MARIA SCARAMELLA MOREIRA- Ensino de 1º Grau, a Escola Estadual do DER, localizada no Mu-

nicípio de Pirai do Sul, Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, levando em consideração de que o PDT e a Frente Liberal desconhecem a necessidade de que viéssemos aprovar com a maior rapidez possível, a Lei nº 69, que autoriza ao Poder Executivo o pagamento do residual ao servidor público e, pela preocupação que temos que ainda neste mês de outubro possa essa matéria ser votada, eu gostaria de informar a Vossa Excelência de que estamos encaminhando à Mesa um pedido de convocação de sessão para a 2.^a feira para podermos dar celeridade ao processo e evitarmos problemas em vista desta sessão de hoje, que foi interrompida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa informa ao Deputado Caíto Quintana que não vai submeter a voto seu requerimento porque não há "quorum" para votação, mas vai marcar sessão para segunda-feira.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Nós queremos informar, Senhor Presidente de que segunda-feira, é dia normal de sessão e que não há razão para o requerimento do Deputado Caíto Quintana. Parece-me que foi um requerimento demagógico.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está marcada sessão para segunda-feira atendendo requerimento dos Deputados Caíto Quintana e Nestor Baptista.

A Mesa anuncia a presença do prefeito de Leônidas Marques, João Lino Bergamim, Vereador de Capitão Leônidas Marques, Senhor Carlos Viadacoski.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 129/87, 171/87 e 172/87.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n. 196, 201, 205, 210, 214, 222, 223, 229 e 267/87.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 55/87.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 268/87.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO N. 419/87

I - exonerar, a pedido, JORGE KUDRI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de junho de 1987.

II - exonerar, a pedido, RAFAEL DE LALA SOBRINHO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Promoções Especiais, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de junho de 1987.

III - prover, RAFAEL DE LALA SOBRINHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de junho de 1987.

Palácio "XIX de Dezembro", em 05.06.87.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 546/87

prover, ROSILMA DE ARAÚJO PIRES CARDOSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, do gabinete do Deputado Valderi Villela, a partir de 1º de outubro de 1987.

(Protoc. nº 9654).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 547/87

I - exonerar, a pedido, TELMA PARIZI NENENÊ, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Dirceu Manfrinato, a partir de 1º de outubro de 1987.

II - prover, MARIA EUNICE MOMESSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Dirceu Manfrinato, a partir de 1º de outubro de 1987.

(Protoc. nº 9617).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 548/87

prover, JOÃO LUIZ CLEVE MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Eduardo Baggio, a partir de 1º de setembro de 1987.

(Protoc. nº 9442).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 549/87

I - exonerar, a pedido, JOÃO LUIZ GOEBEL, do cargo em Comissão, símbolo, DAS-5, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 16 de setembro de 1987.

II - prover, LUIZ CARLOS PORTUGAL VEIGA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de outubro

de 1987.

(Protoc. nº 9117).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 550/87

exonerar, a pedido, ALZELI BASSETTI PROCKMANN, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nereu Carlos Massignan, a partir de 1º de outubro de 1987.

(Protoc. nº 9174).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 551/87

I - exonerar, a pedido, VALDECIR ANTÔNIO FAÉ, do cargo em Comissão, símbolo, 3-C, de Assessor Parlamentar, do Gabinete do Deputado Nereu Carlos Massignan, a partir de 1º de outubro de 1987.

II - prover, VALDECIR ANTÔNIO FAÉ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nereu Carlos Massignan, a partir de 1º de outubro de 1987.

(Protoc. nº 9175).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 552/87

exonerar, a pedido, HEITOR FRANCISCO IZIDORO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Valderi Vilela, a partir de 1º de outubro de 1987.

(Protoc. nº 9374).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 553/87

I - exonerar, a pedido, MARIA CRISTINA ROCHA DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Felinto, a partir de 1º de outubro de 1987.

II - prover, ANTÔNIO SILVA FELINTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete do Deputado José Felinto, a partir de 1º de outubro de 1987.

(Protoc. nº 9768).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 554/87

I - exonerar, a pedido, PAULO HAURESCO FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpellini, a partir de 1º de outubro de 1987.

II - prover, DJALMA DO NASCIMENTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpellini, a partir de 1º de outubro de 1987.

(Protoc. nº 9867)

Palácio "XIX de Dezembro", em 06.10.87.

ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI - Presidente

ANIBAL KHURY - 1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 555/87

I - exonerar, a pedido, TEREZA CRISTINA FIANI BACILA, do cargo em Comissão,

símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Ger-note Kirinus, a partir de 1º de outubro de 1987.

II - prover, ELIZABETH MARGOT FRIES MORETTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Ger-note Kirinus, a partir de 1º de outubro de 1987.

(Protoc. nº 9935).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 556/87

I - exonerar, a pedido, ARISTÓTELES MAIA KOTSIFAS, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Alves, a partir de 1º de outubro de 1987.

II - prover, ELIZA ALVES DOS SANTOS SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Alves, a partir de 1º de outubro de 1987.

(Protoc. nº 9941).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 557/87

I - exonerar, a pedido, ADRIANO MAIA KOTSIFAS, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Alves, a partir de 1º de outubro de 1987.

II - prover, ANELI MARIA ALVES DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Alves, a partir de 1º de outubro de 1987.

(Protoc. nº 9942).

Palácio "XIX de Dezembro", em 08.10.87.

ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI - Presidente

ANIBAL KHURY - 1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA N. 229/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1986, que deixou de gozar, em favor de MOYSES ABDALA MAGALHÃES, matrícula nº 316, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "D" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II - mandar deixar sem efeito a Portaria nº 309/84, pois a mesma não observou a licença especial concedida pelo Decreto Legislativo nº 198/78, para o trato de interesses particulares. De conformidade com o item XVI, do Art. 128, da mencionada Lei nº 6174/70, foi interrompido o período para aquisição de benefício constante na aludida Portaria, passando a fazer jus, a

partir de 07 de abril de 1980, data em que reassumiu suas funções;

III - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da supra citada Lei, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 4º quinquênio, compreendido entre 07 de abril de 1980 e 07 de outubro de 1984, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1972, 1973 e 1977, contadas em dobro.

(Protoc. nº 8218).

PORTARIA Nº 230/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais ao acervo de serviço público de SÉRGIO VALÉRIO ANTUNUCIO, matrícula nº 433, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "C" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6º quinquênio, compreendido entre 22 de novembro de 1983 e 22 de setembro de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1983, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. nº 6307).

PORTARIA Nº 231/87

transferir para o período de 1º a 30 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria nº 186/86, à funcionária LÍDIA MUCHINSKI, matrícula nº 487, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "D", do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 7736).

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.10.87.

CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral

PORTARIA Nº 232/87

excluir da Portaria nº 186/86, que concedeu férias referentes ao exercício de 1987, à funcionária ANGELINA GARCIA PACHECO, matrícula nº 183, tendo em vista que a citada funcionária encontra-se exercendo as funções de Chefe do Setor de Autuação de Processos, da Diretoria Legislativa.

(Protoc. nº 9898).

PORTARIA Nº 233/87

excluir da Portaria nº 186/86, que conce-

deu férias referentes ao exercício de 1987, à funcionária NANCY TEREZINHA KOTELAK, matrícula nº 029, tendo em vista que a citada funcionária está exercendo as funções de Chefe do Setor do Diário da Assembléia, da Coordenadoria da Ata e Redação de Debates, da Diretoria Legislativa.

(Protoc. nº 9896).

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.10.87.

CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral

PORTARIA Nº 234/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975 em favor de AURORA RIBEIRO GONÇALVES, matrícula nº 193, ocupante do cargo de Oficial Legislativo Classe "A" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais nos termos do Art. 248, da citada Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 5º quinquênio compreendido entre 07 de junho de 1980 e 07 de abril de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias referentes a 1980, 1981, 1982 e 1983 contadas em dobro.

(Protoc. nº 8466).

PORTARIA Nº 235/87

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO, matrícula nº 139, ocupante do cargo de Procurador do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6º quinquênio, compreendido entre 28 de dezembro de 1982 e 28 de dezembro de 1986, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1981, 1982 e 1985, contadas em dobro; e,

II - mandar contar, de acordo com o item III, do Art. 130, da supra citada Lei nº 6174, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de dois (02) anos, nove (09) meses e vinte e oito (28) dias

de serviços prestados à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, conforme certidão nº 012/87, em anexo.

(Protocs. nºs 9881 e 8938).

PORTARIA Nº 236/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais ao acervo de serviço público de IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO, matrícula nº 184, ocupante do cargo de Oficial Legislativo Classe "A" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5º quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1981 e 07 de novembro de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1980, 1981, 1982 e 1983, contadas em dobro.

(Protoc. nº 8596).

PORTARIA Nº 237/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais ao acervo de serviço público de EDISON CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula nº 557, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 6º quinquênio compreendido entre 07 de novembro de 1983 e 07 de setembro de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1983, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. nº 9519).

PORTARIA Nº 238/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais ao acervo de serviço público de ZENO PACIORNIK, matrícula nº 411, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "C" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 6º quinquênio compreendido entre 29 de outubro de 1983 e 29 de agosto de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1983, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. nº 9319).

Gabinete da Diretoria Geral, em 13.10.87.

CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral

PORTARIA Nº 239/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais ao acervo de serviço público de LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS, matrícula nº 145, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6º quinquênio, compreendido entre 17 de novembro de 1983 e 17 de setembro de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5º quinquênio e das férias relativas aos anos de 1982, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. nº 8522).

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.10.87.

CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral

PORTARIA Nº 240/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NELITA RIBEIRO HARTMANN, matrícula nº 343, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei nº 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 22 de fevereiro de 1975 e 22 de junho de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3º quinquênio e das férias relativas aos anos de 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980 e 1981, contadas em dobro.

(Protoc. nº 8858).

Gabinete da Diretoria Geral, em 16.10.87.

CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral.

PORTARIA Nº 241/87

conceder a ERNESTINA DE MORAES SOUZA, ora à disposição deste Poder, quinze (15) dias

de licença para tratamento de saúde, a partir de 19 de outubro de 1987.

(Protoc. n° 10357).

Gabinete da Diretoria Geral, em 19.10.87.

CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

11.^a LEGISLATURA - 1. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de junho de hum mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Algacy Túlio, Hermas Brandão, Artagão Mattos Leão e David Cheriegate. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 46/87, de autoria do Deputado David Cheriegate. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 70/87, de autoria do Deputado Nelson Vasconcellos. Relator: Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 71/87, de autoria do Deputado Nelson Vasconcellos. Relator: Deputado David Cheriegate. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, secretária da Comissão.

Deputado TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES

Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

11.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de setembro de hum mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Artagão Mattos Leão, Hermas Brandão, Cândido Bastos e David Cheriegate. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 183/86, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi. Relator: Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 104/87, de autoria

do Deputado Dirceu Manfrinato. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 129/87, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa. Relator: Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, secretária da Comissão.

Deputado TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES

Secretária

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Ata da reunião da Comissão de Orçamento realizada em 14 de outubro de mil novecentos e oitenta e sete.

Aos catorze dias do mês de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, na sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, presidida pelo Deputado Artagão de Mattos Leão com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Valderi Mendes Vilela, Acyr Mezzadri, Edmar Luiz Costa, José Afonso Júnior, Werner Wanderer.

Da pouca, apreciação do parecer do deputado relator, Edmar Luiz Costa sobre o projeto de lei n. 247/87, oriundo de Mensagem n. 84/87, que encaminha à esta Casa, Orçamento Plurianual de Investimentos relativo ao triênio 1988 - 1990. Os deputados presentes votaram favoravelmente, aprovando o parecer do relator, ficando assim, parte integrante da presente ata. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. Assim sendo, eu, Ayrton Alves Aranha, secretário designado, lavrei a presente ata que, achada conforme vai assinada por todos os membros presentes.

Sala das Comissões, em 14.10.87.

ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Presidente

VALDERI MENDES VILELA - Vice-Presidente

ACYR MEZZADRI - Membro

EDMAR LUIZ COSTA - Relator

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Membro

WERNER WANDERER - Membro

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N. 247/87

PARECER:

Através de mensagem n. 84/87 de 14 de setembro de 1987, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado apresenta para apre-

ciação desta Casa de Lei o anteprojeto de Lei referente ao Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1988/1990.

Tal mensagem deu origem ao projeto de Lei n. 247/87, o qual vem atender as disposições da Constituição Estadual no § 2º, do artigo 32; do Ato Complementar n. 43/69, no artigo 5º; bem como, as determinações da Lei n. 5.982/69.

A primordial função do Orçamento Plurianual de Investimentos é o atendimento das determinações do Mandamento Constitucional do Estado no seu artigo 33, § 2º, que assevera:

"Nenhum investimento, cuja execução ultrapase um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimentos ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão do orçamento, durante o prazo de sua execução".

Este Orçamento Plurianual, conforme especifica o Governador do Estado no bojo da Mensagem "traz, como inovação, a inclusão também das despesas correntes, embora somente as despesas de capital representem uma obrigação legal, a fim de possibilitar uma avaliação mais completa das necessidades financeiras do Setor Público Estadual, no período".

Assim, este Orçamento Plurianual, cujos valores a preços estimados de 1988, apresenta a totalidade das despesas (e receitas) previstas para o Governo do Estado.

Para o próximo triênio, a preços de 1988, pretende o governo investir 1,6 trilhões de cruzados, alocando para cada exercício, respectivamente, 500 bilhões de cruzados para 1988, 535 bilhões de cruzados para 1989 e 566 bilhões de cruzados para 1990.

Analisando as prioridades governamentais nos departamentos que as três funções mais aquinhoadas são:

Indústria, Comércio e Serviço ... 67,3%
Saúde e Saneamento 5,3%
Administração e Planejamento 5,1%

Ressaltamos que do total a ser investido nos próximos anos, somente 195,3 bilhões de cruzados, o governo programa fazer através de operações de crédito, ficando o encargo de atender os investimentos de 1,6 trilhões de cruzados, com recursos próprios e em decorrência de convênios.

O montante a ser gasto com as despesas de Capital no próximo triênio pela Administração Estadual, se ajusta dentro dos objetivos traçados pelo Plano de Governo, no que concerne aos programas sociais.

A tarefa a que se propõe o atual governo do Estado encontra inúmeros óbices, por estar inserido num país que não tem

planejamento voltado para a erradicação dos problemas sociais, mas ao contrário, sem objetivos claros, tendendo a aprofundar as questões sociais.

Dentro do exposto, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano e Lei.

Sala das Comissões, em
ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Presidente.
EDMAR LUIZ COSTA - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a Presidência do Senhor Deputado Gernote Kirinus e com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão: José Domingos Scarpellini, Ironi Pugliesi, Rafael Greca de Macedo, Quielse Crisóstomo da Silva, Algaci Túlio e Lauro Alcântara, bem como os Senhores Deputados Pedro Tonelli e Caíto Quintana. A presente reunião contou ainda com a presença do ex-Deputado José Antônio Fonseca, Senhor Ignácio Donel, Coordenador da AIPOPEC, Luis Aguiar Oliveira, Secretário da AIPOPEC e o Senhor Francisco Kantoviski. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da presente reunião, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, a pedido do Senhor Deputado José Domingos Scarpellini. O Senhor Presidente colocou em discussão, a data para a Comissão visitar "in loco" a Estrada do Colono. Ficou decidido que a Comissão irá dia 24 de setembro próximo. A seguir o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Ignácio Donel e a seguir ao Senhor Luis Aguiar Oliveira. Fizeram uso da palavra todos os Senhores Deputados presentes. O Senhor Deputado Caíto Quintana, apresentou documentos inerentes à construção da Estrada do Colono, inclusive documentos do Estado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e do D.N.E.R., dando apoio à construção da Estrada. Todos os depoimentos e debates da reunião, se encontram em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. O Deputado Rafael Greca de Macedo sugeriu e a Comissão aprovou uma moção, no sentido que, seja oficiado o Governo do Estado, para deflagrar uma campanha publicitária sobre o Parque Nacional do Iguaçu e seu atual estado de conservação. Serviria também, para dar conhecimento ao público, da importância e das riquezas do Parque Nacional do Iguaçu. O Senhor Presidente comunicou à Comissão, a indicação do Senhor Deputado José Domingos Scarpellini, como relator da matéria em pauta. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presen-

te reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Gebran do Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que se produza os efeitos legais.

GERNOTE KIRINUS

Presidente

MARIA APARECIDA GEBRAN DO AMARAL

Secretária.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a Presidência do Deputado Gernote Kirinus e com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão: José Domingos Scarpellini, Rafael Greca de Macedo, Quielise Crisóstomo da Silva, Algaçi Túlio, Paulo Furiatti e Antônio Costenaro, bem como os Senhores Deputados Caíto Quintana, Pedro Tonelli e José Rogério. A presente reunião contou com a presença do Senhor Eládio Del Rosal, Assessor Técnico do Departamento de Recursos Naturais e Renováveis do Instituto de Terras, Cartografias e Floresta, que foi convidado para debater sobre os problemas do Parque Nacional do Iguazu e Estrada do Colono. A reunião contou ainda com a presença do Senhor Prefeito Valter Munarett, Prefeito da Cidade de Coronel Vivida e o Senhor Luiz Renato Munhoz, Vice-Presidente do Movimento de Ação Ecológica. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, a pedido do Senhor Deputado José Domingos Scarpellini. O Senhor Presidente iniciou a reunião ressaltando que o Professor Eládio tem conhecimento profundo sobre assuntos relacionados ao Meio Ambiente, Parques e Reservas Florestais e, principalmente a respeito do Parque Nacional do Iguazu e a Estrada do Colono. O Senhor Presidente passou a palavra ao Professor Eládio, o qual fez um histórico sobre os problemas ecológicos de regiões do Estado, das Reservas Florestais e dos Parques. O Professor Eládio disse achar muito complexa a discussão sobre o assunto, pois a Justiça ainda não manifestou-se favorável ou contrária. Fizeram uso da palavra os Senhores Deputados: José Domingos Scarpellini, participou do debate e discorreu sobre o Projeto do D.E.R.. Rafael Greca de Macedo, requereu através do Senhor Presidente, que o Professor Eládio analise e faça um memorial crítico e descritivo da solução proposta pelo D.E.R.. Ressaltou a importância de um Assessoramento Internacional, através da UNESCO, para o Parque Nacional do Iguazu e

fez uma síntese de áreas, em outros Estados declarados como Patrimônio da Humanidade. Caíto Quintana, debateu sobre o assunto em pauta e pediu à Comissão para fazer uma ressalva que fará também, na Tribuna da Assembléia: "que quando se erra nesta Nação se procura depois descobrir possíveis autores". Parabenizou a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, através do Senhor Presidente, por tomar uma posição a favor ou contra. Pedro Tonelli, participou do debate e falou sobre o assunto. Antônio Costenaro, deu seu parecer. Paulo Furiatti, fez uso da palavra, colocando-se favorável à abertura de uma Estrada-Parque, intensificando assim, a preservação do patrimônio, José Rogério, participou do debate, sendo favorável a reabertura da Estrada, dentro de uma visão prática. Quielise Crisóstomo da Silva, em seu pronunciamento referiu-se ao Professor Eládio, considerando-o uma das pessoas entendidas no assunto, sem aderir ao fanatismo. Dirigiu-se aos Senhores Deputados membros da Comissão, para que continuem na busca da dinamização do Parque, voltado para o bem comum, sem misturar partidos políticos em fase de ataque e defesa. Senhor Luiz Renato Munhoz, fez colocações referentes à ELETROSUL. O Senhor Presidente passou a palavra ao Professor Eládio, o qual agradeceu o convite feito pela Comissão, estando à disposição dos Senhores Deputados e, a pedido do Deputado Rafael Greca de Macedo, indicou para participar de debates numa próxima reunião, o Senhor Alceu Magnani. Todos os depoimentos e debates desta reunião, encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. O Senhor Presidente dirigiu a palavra aos Senhores Deputados que irão participar da visita ao Parque Nacional do Iguazu e Estrada do Colono, no dia 24 de setembro próximo, transmitindo a programação da referida viagem. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Professor Eládio e dos Senhores Deputados e, deu conhecimento à Comissão de que o Senhor Roberto Lange será o convidado para a próxima reunião, a realizar-se no dia 30 de setembro corrente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Marisa Couto de Cristo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que se produza os efeitos legais.

GERNOTE KIRINUS

Presidente

MARISA COUTO DE CRISTO

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11.ª LEGISLATURA - 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 17.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Valderi Vilela, Nereu Massignan, Erondy Silvério, Edmar Luiz Costa, Gernote Kirinus, Lauro Alcântara, Cândido Bastos, José Afonso Júnior e Hermas Brandão. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 174/87 de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão. Relator: Deputado Nereu Carlos Massignan. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO, com restrição dos Deputados: Valderi Vilela, Erondy Silvério e Edmar Luiz Costa. 02) Projeto de Lei n. 220/87, de autoria do Deputado José Felinto. Relator: Deputado Cândido Bastos, requer seja transformado em diligência junto à Secretaria dos Transportes. DEFERIDO. 03) Projeto de Lei n. 172/87, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) Projeto de Lei n. 146/87, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. 05) Projeto de Lei n. 235/85, de autoria do Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. 06) Proposição n. 070/87, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 72/87. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 07) Projeto de Lei n. 182/86, de autoria do Deputado Nelson Buffara. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. 08) Proposição n. 069/87, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 71/87. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 09) Projeto de Lei Complementar n. 086/87, de autoria do Deputado Hermas Brandão e outros. Relator Deputado Nereu Massignan. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. Com Voto Contrário ao Parecer do Deputado Valderi Vilela. 10) Projeto de Lei n. 210/87, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 11) Proposição n. 064/87, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 65/87. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 12) Projeto de Lei n. 213/87, de autoria da Deputada Amélia Hruschka. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 13) Projeto de Lei n. 315/85, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 14) Projeto de Lei n.

255/85 de autoria do Deputado Mário Pereira. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 15) Proposição n. 066/87, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 68/87. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 16) Projeto de Lei n. 228/87, de autoria do Deputado José Rogério Carvalho. Relator: Deputado José Afonso Júnior, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 17) Projeto de Lei n. 202/87, de autoria do Deputado Homero Oguido. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 18) Projeto de Lei n. 212/87, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 19) Projeto de Lei n. 167/87, oriundo do Poder Executivo, Mensagem n. 63/87. Relator Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 20) Projeto de Lei n. 223/86, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 128/86. Relator: Deputado Gernote Kirinus. FAVORÁVEL. APROVADO com Voto favorável ao Parecer e CONTRÁRIO à Emenda. Voto Contrário ao Parecer e à Emenda, do Deputado Valderi Vilela. 21) Projeto de Lei n. 230/87, de autoria do Deputado Haroldo Ferreira. Relator: Deputado Nereu Massignan. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 22) Projeto de Lei n. 236/87, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 77/87. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 23) Projeto de Lei n. 180/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 24) Projeto de Lei n. 137/87, de autoria do Deputado Paulino Delazeri. Relator Deputado Nereu Massignan. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 25) Projeto de Lei n. 224/87, de autoria do Deputado Ferrari Júnior. Relator Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 26) Projeto de Lei n. 218/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator: Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado em diligência junto à Secretaria da Administração. DEFERIDO. 27) Projeto de Lei n. 222/87, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 28) Projeto de Lei n. 234/87, de autoria do Deputado Paulino Delazeri. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 29) Projeto de Lei n. 221/87, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcântara. Relator: Deputado Nereu Massignan, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 30) Proposição n. 075/87, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 81/87. Relator: Deputado Nereu Massignan. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de

Resolução. 31) Projeto de Lei n. 195/87, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator: Deputado Gernote Kirinus, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 32) Projeto de Lei n. 281/86, de autoria do Deputado Airton Cordeiro. Relator: Deputado Cândido Bastos, requer seja transformado em diligência junto à Secretaria de Estado da Administração. DEFERIDO. 33) Projeto de Lei n. 227/87, de autoria do Deputado Ezequias Losso. Relator: Deputado Erondy Silvério. Os Senhores Deputados Nereu Massignan e Edmar Luiz Costa, solicitam Vista. DEFERIDO. 34) Projeto de Lei n. 77/87, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. O Senhor Deputado Nereu Massignan solicita Vista. DEFERIDO. 35) Projeto de Lei n. 269/85, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Basílio Zanusso. O Senhor Deputado Edmar Luiz Costa solicita Vista. DEFERIDO. 36) Projeto de Lei n. 187/87, de autoria do Deputado Paulino Delazeri. Relator: Deputado Hermas Brandão. O Senhor Deputado Edmar Luiz Costa solicita Vista. DEFERIDO. 37) Projeto de Lei n. 098/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator: Deputado Erondy Silvério. O Senhor Deputado Edmar Luiz Costa solicita Vista. DEFERIDO. 38) Projeto de Lei n. 81/87, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator: Deputado José Afonso Júnior. 39) Projeto de Lei n. 200/87, de autoria do Deputado José Alves. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. O Senhor Valderi Vilela solicita Vista. DEFERIDO. 40) Projeto de Lei n. 097/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator: Deputado Nereu Massignan. O Senhor Deputado Valderi Vilela solicita Vista. DEFERIDO. 41) Projeto de Lei n. 207/87, de autoria do Deputado Antônio Belinati. Relator: Deputado Erondy Silvério. O Senhor Deputado Valderi Vilela solicita Vista. DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, secretária da Comissão.

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES

Secretária.

E mais sete assinaturas ilegíveis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA TERMO DE ATA

Aos treze dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e sete, às 14:00 horas, na Sala de Reunião das Comissões, compareceu o Senhor Deputado Djalma de Al-

meida César, Presidente, mais o Senhor Deputado David Cheriegate, Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para realizar a 18.^a Reunião Ordinária. Aberta a reunião, o Senhor Presidente constatou não haver número legal. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido é aprovado, será assinado pelo Senhor presidente, pelos Senhores Deputados presentes à próxima reunião e por mim Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(aa) Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
PRESIDENTE

EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES
Secretária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 11.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA TERMO DE ATA

Aos seis dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e sete, às 14:00 horas, na Sala de Reunião das Comissões, compareceu o Senhor Deputado Djalma de Almeida César, Presidente, mais os Senhores Deputados: Hermas Brandão, Nelson Vasconcellos, David Cheriegate, Artagão Mattos Leão e Cândido Bastos, todos membros da Comissão de Constituição e Justiça, para realizar a 18.^a Reunião Ordinária. Aberta a reunião, o Senhor Presidente constatou não haver número legal. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado, será assinado pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes à próxima reunião e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, secretária da Comissão.

(aa) Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES
Secretária.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO BANCO "DEL PARANÁ"

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA- 11.^a LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos trinta dias do mês de setembro de hum mil novecentos e oitenta e sete, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões, os Senhores Deputados Acyr Mezzadri, Artagão Mattos Leão, Edmar Luiz Costa e Rafael Greca de Macedo, membros efetivos da Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa apurar possíveis irregularidades administrativas no Banco do Estado do Paraná S.A. e no Banco Del Paraná, indicados por suas lide-

ranças partidárias. O Senhor Deputado Basílio Zanusso, Líder do Partido da Frente Liberal (PFL), representou na ocasião o Deputado David Cheriegate que devido a um incidente não pode comparecer. Havendo número legal e de acordo com o Parágrafo Único do artigo 40, do Regimento Interno, assumiu a presidência o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, dando por instalada a Comissão. A seguir realizou-se a eleição, verificada a votação constatou-se a unanimidade de votos aos Senhores Deputados Edmar Luiz Costa e David Cheriegate, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Senhor Presidente agradeceu em seu nome e do Vice-Presidente, aos seus Pares por suas indicações. Prosseguindo foi proposto o nome do Senhor Deputado Artagnão Mattos Leão para ser o Relator Geral, proposição aprovada. A seguir, foi aprovada a proposição no sentido de que seja feito um Ofício solicitando ao BANESTADO um relatório completo sobre a matéria, após que, será estabelecido o roteiro dos trabalhos desta Comissão. Por fim, com a aprovação dos Deputados presentes, ficou estabelecido que as reuniões ordinárias da Comissão serão realizadas todas as terças-feiras, às nove horas, na Sala de Reunião das Comissões. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Hilda Maria Cesar de Oliveira, secretária da Comissão.

(aa) Deputado EDMAR LUIZ COSTA

PRESIDENTE

HILDA MARIA CESAR DE OLIVEIRA

SECRETÁRIA

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA ATA DA 20.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de outubro do ano de um mil, novecentos e oitenta e sete, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado RAUL LOPES apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N^{os} 246/86, 108/87, 120/87 e 141/87, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente

ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR
PRESIDENTE

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR
SECRETÁRIO.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO ESPORTE PARANAENSE

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de outubro de um mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Raul Victor Lopes a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar denúncias de corrupção no esporte paranaense, com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Djalma de Almeida César, Nilton Barbosa, Sabino Campos, Algaci Túlio, Antônio Costenaro Neto e Homero Oguido. Compareceu também à reunião, a convite prévio desta Comissão o Senhor José Milani, que prestou alguns esclarecimentos sobre as verbas destinadas a construção do estádio do Pinheirão, na época em que era presidente da Federação Paranaense de Futebol, conforme notas taquigráficas em anexo. O Senhor Presidente da Comissão Deputado Raul Lopes, agradeceu a presença do convidado, marcando a próxima reunião para o dia 21.10.87, convocando o Jornalista Ernesto Costa e Souza para prestar informações sobre a construção do estádio Pinheirão, visto que o mesmo é reconhecido como profundo conhecedor do assunto. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros presentes à reunião e por mim, Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em 14.10.87.

(aa) Deputado RAUL VICTOR LOPES
PRESIDENTE DA COMISSÃO
ALAN MARCOS ANDRADE
SECRETÁRIO.

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA ATA DA 21.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de um mil, novecentos e oitenta e sete, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido

lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado RAUL LOPES apresentou redação Final ao Projeto de Lei nº 202/87 que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Severo Olímpio Sotto Maior, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

PRESIDENTE

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR

SECRETÁRIO.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

BANCO DEL PARANÁ

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA- 11.^a LEGISLATURA

ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA.

Aos vinte dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, mais a presença dos seguintes senhores Deputados: David Cheriegate, Rafael Greca de Macedo, Nilton Barbosa e Artagão Mattos Leão, membros efetivos desta Comissão Parlamentar de Inquérito que apura possíveis irregularidades no Banco do Estado do Paraná S.A. e no Banco Del Paraná. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos passando a palavra ao Senhor Deputado David Cheriegate, que sugere ao Senhor Presidente que encaminhe um ofício ao Secre-

tário de Estado da Segurança Pública solicitando cópia do Inquérito Policial referente ao caso "Banco Del Paraná" Deferido. Ainda com a palavra o Senhor Deputado David Cheriegate, solicita ao Senhor Presidente que sejam chamados para depor nesta C.P.I., o Senhor Oderval Figueiredo Lula e o Senhor Mário Dionísio de Almeida. O Senhor Presidente e os demais membros concordam, ficando deliberado que o Senhor Oderval Figueiredo Lula venha depor nesta C.P.I., no dia 27 (vinte e sete) do corrente mês e o Senhor Mário Dionísio de Almeida venha depor nesta C.P.I., no dia 28 do corrente mês, ambos às nove horas. O Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo pede a palavra e propõe que esta C.P.I. fique ao par das negociações de venda do Banco Del Paraná, sobretudo no sentido da não precipitação da referida venda, que deve, na sua opinião, ser a última alternativa a ser levada em consideração, tendo em vista o grande patrimônio da instituição. Com a aprovação dos Senhores Deputados presentes ficou estabelecido que o relatório enviado pelo BANESTADO deve ser fotocopiado e entregue aos membros efetivos desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Hilda Maria Cesar de Oliveira, secretária da Comissão.

(aa) Deputado EDMAR LUIZ COSTA

PRESIDENTE

HILDA MARIA CESAR DE OLIVEIRA

SECRETÁRIA

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
B A L A N C E T E
PERÍODO DE 01.01.87 a 30.09.87

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
CONTA CORRENTE		I.R. Fonte	
Banestado - 3138	68.995,42	Seguros	373.262,00
Banestado - Poupança	3.446.857,90		54.410,00
Bamerindus- Poupança	45.462.631,31		427.672,00
Bradesco - Poupança	5.335.716,04	PATRIMÔNIO	
Itaú-Poupança	5.338.067,57	Patrimônio Líquido	
Banestado -Poupança 18127-2	46.477.041,06		33.899.588,95
Valores Mobiliários - Banestado	4.093.703,86		
Bamerindus	5.284.303,31		
Empréstimos Concedidos	9.378.007,17		
	4.342.085,64 RECEITAS		
	119.849.402,11		
IMOBILIZADO		Renda de Contribuições	
Móveis e Utensílios	30,10		13.173.592,96
		Renda de Títulos	84.680.113,97
		Juros de Empréstimos	1.884.161,79
		Outras Rendas	3.318.355,02
		Contr. Lei 7771-83	908.188,27
			103.964.412,01
DESPESAS			
Aposentados	18.328.527,98		
Serviços de Terceiros	108.043,52		
Materiais de Consumo	4.761,21		
Despesas Bancárias	908,04		
	18.442.240,75		
TOTAL DO ATIVO	138.291.672,96	TOTAL DO PASSIVO	138.291.672,96

WERNER WANDERER
Tesoreroiro

ARTAGÃO DE MATOS LEÃO
Presidente

VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador CRC-PR 6635